



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681222 - RR (2021/0225391-6)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : LARISSA ARALDI
ADVOGADO : LARISSA ARALDI - RR001584
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
PACIENTE : ALAN RAFAEL JACOB OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ALAN RAFAEL JACOB OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA (HC n. 000794-17.2021.8.23.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente desde o dia 10/8/2020 e denunciado pelo cometimento, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, incisos II e VII, e 331 do Código Penal.

A impetrante alega excesso de prazo para a formação da culpa.

Aduz que (fls. 5-6):

A referida decisão que ora se inveciva, *data venia*, constitui verdadeira ilegalidade por negar prestação jurisdicional a um pleito formulado em favor do ora paciente, uma vez que ao negar o pedido de revogação de prisão preventiva por excesso de prazo, no âmbito de sua competência, o juízo de primeiro grau impõe ao paciente constrangimento ilegal por manter a constrição de sua liberdade por mais tempo do que permite a lei. O paciente, como dito acima, está preso há 11 (onze) meses e 8 (oito) dias, ou seja, 342 (trezentos e quarenta e dois) dias, sem que a instrução criminal do processo ao qual ele responde sequer tenha sido concluída, pois nem ao menos fora designada data para realização da oitiva da vítima e interrogatório.

Requer:

[...] o conhecimento deste *habeas corpus* a fim de que seja concedida a ordem e medida liminar para que seja revogada a prisão preventiva do paciente por excesso de prazo ou, acaso não seja conhecida esta impetração, seja concedida a ordem de ofício para revogação da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto a apreciação do excesso de prazo para a manifestação da instância de origem demanda cuidadoso exame dos autos, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal, o que não é compatível com este exame liminar.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente